

OPINIÃO

OLIBERAL

FILIADO A SOCIEDADE INTERAMERICANA DE IMPRENSA - SIP

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

Presidente
Lucidéa Batista MaioranaPresidente Executivo
Romulo Maiorana Jr.Diretor Jurídico
Ronaldo Maiorana
(OAB-PA 8667)Diretora Administrativa
Rosângela Maiorana KzanDiretora Comercial
Rosemary MaioranaDiretor Industrial
João Pojucam de Moraes FilhoDiretor Corporativo de Jornalismo
Walmir Botelho D'OliveiraDiretor de Novos Negócios
Ribamar GomesDiretor de Marketing
Guarany JúniorDiretores
José Edson Salame
José Luiz Sá PereiraEditor-Chefe
Lázaro Moraes**O LIBERAL** é editado por
Delta Publicidade S/A
CNPJ. (MF) 04929683/0001-17.
Inscrição Estadual: Isenta.
Municipal: 032.632-5**Administração, Redação,
Centro Tecnológico Gráfico,
Publicidade**
Av. Romulo Maiorana, 2473.
CEP: 66.093-005.
Telefone: 3216-1000.
Endereço Telegráfico: JornalLiberal.
Fax: (091) 3216-1143.
Belém, Pará, Brasil.**As opiniões emitidas em textos assinados
são livre manifestação do pensamento de
seus autores e não representam a opinião
do jornal.****Sucursal Centro/
Centro-Oeste**Gerente Executiva:
Silvana Scórsin**Brasília - DF**
SRTVN Q.701 CONJ. C.
Ed. Centro Empresarial Norte,
Bloco B, sala 432. Cep. 70.719.900.
Fone/fax (61) 3328-9394/3328-9396.
E-mail: sanab634@zaz.com.br**Sucursal Sudeste/
Sul/Nordeste**Diretor:
Carlos Namur**São Paulo - SP**
Edifício Iguatemi Office Building
Rua: Iguatemi, 192
Cj. 111 / 11º and. - Itaim. Cep. 01451-010
Fone/fax: (11) 3073.1450 / 1451 / 1453
e-mail: sucursalsapaulo@oliberal.com.br**Rio de Janeiro - RJ**
Edifício Dijon Business Center.
Rua Farne de Amoedo, 56 - Cj. 506 e
507 - Ipanema. Cep. 22420.020 - Rio
de Janeiro. Telefone: (21) 2103-4540.
E-mail: comercial.rio@oliberal.com.br**Preço do exemplar****Zona I** - Abaetetuba, Ananindeua, Arapari, Barcarena, Belém, Benevides, Bragança, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Concórdia, Dom Eliseu, Igarapé-Miri, Irituia, Itinga, Mãe do Rio, Moju, Mosqueiro, Nova Timboteua, Ourém, Paragominas, Quatro Bocas, Salinas, Santa Izabel, Santa Luzia do Pará, Santa Maria, São Miguel do Guamá, Tailândia, Tomé-Açu, Ulianópolis e Vigia.**Dias úteis R\$ 2,00**
Domingo R\$ 4,00**Zona II** - Almeirim, Altamira, Parauapebas, Conceição do Araguaia, Marabá, Monte Alegre, Monte Dourado, Portel, Porto de Moz, Redenção, Soure, Ourilândia do Norte, Tucumã, Tucuruí, Xingú, Juruti, Santarém, Itaituba, Oriximiná e Óbidos.**Dias úteis R\$ 2,50**
Domingo R\$ 4,50**Zona III** - Brasília (DF), São Luís, Teresina, Recife, Tocantins, Fortaleza, Manaus e Boa Vista.**Dias úteis R\$ 3,00**
Domingo R\$ 6,00**Zona IV** - Demais Estados**Dias úteis R\$ 4,50**
Domingo R\$ 9,00**Zona V** - Macapá**Dias úteis R\$ 3,00**
Domingo R\$ 6,00**Telefones de O LIBERAL**

Reportagem: 3216-1138
Assinaturas: 3204-6000
Atendimento ao Assinante: 3216-1011
Classificados: 3277-9200
Comercial: 3216-1163 e 3216-1176

linomarbahia**Pátria (des)educadora**

A palavra "educação" tem sentido mais abrangente e profundo do que sonha a vã filosofia dominante. Na origem latina, "educare" já refletia o entendimento de congregar meios destinados a preparar o indivíduo para o mundo, dotado de boas maneiras, disciplina comportamental, relações civilizadas e valores morais. No campo da filosofia, coube ao pedagogo francês René Hubert (1885-1954) classificar a educação como um conjunto de ações de efeitos sociais, econômicas, culturais e políticas de uma nação.

Tais conceituações se materializam na constatação das consequências danosas que políticas públicas descompromissadas com a formação educacional podem causar ao contexto da cidadania e da nacionalidade. Frustrada, assim, quem acreditou na "Pátria Educadora", enfatizada no discurso presidencial como lema do novo mandato, agravada pela turbulência no "Pronatec", outra bandeira desfraldada durante a campanha reeleitoral, por isso também engrossando os protestos que prometem voltar às ruas neste domingo.

Práticas bem sucedidas em vários países têm referenciado a educação como fundamental ao desenvolvimento social e econômico, do que o melhor exemplo vem da Coreia do Sul, campeã nos saltos de qualidade em todos os critérios de avaliação. No Brasil, entretanto, programas sazonais são sacrificados ou paralisados por gestões rivais, deixando jovens entregues a uma espécie de "salve-se quem puder", ao mesmo tempo em que professores e ins-

tituições sofrem cortes de recursos, atualmente da ordem de 14 bilhões de reais.

Isso explica porque os coreanos ocupam o 5º lugar, enquanto o Brasil patina no 58º entre as 65 economias avaliadas. Falta um projeto consistente de educação nacional continuado capaz de tirar o país da classificação "ruim" do ensino fundamental ao superior. Pelo contrário, a descontinuidade tem sepultado iniciativas promissoras, como o tempo integral dos CIACs de Brizola, no Rio, copiados pelos CIEPs de Collor e pelas apelidadas "Escolas de lata" da gestão de Marta Suplicy em São Paulo, assim chamadas por terem revestimento de zinco.

A carência educacional de um povo produz seus efeitos nocivos em todo o funcionamento da sociedade e repercute nos diferentes segmentos estruturais do país. São mais evidentes no mau desempenho de candidatos nos concursos, onde reprovações em massa refletem a falência educacional em todos os níveis. Está produzindo gerações sem a qualificação adequada para o exercício da própria cidadania, justificando a adequação dos exames seletivos às exigências compatíveis com as funções a que se destinam.

É entristecedor saber de formados desprovidos de qualquer capacidade de escrever corretamente, articular conteúdos e interpretar conteúdos, dificultando a compreensão do todo. Resultados calamitosos do Enem significam apenas um detalhe do caos educacional, embora sejam assustadoras as 530 mil notas

"zero" na prova de redação, habilidade básica para o raciocínio, formulação de ideias e coerência indispensáveis aos textos. Sequer escaparam 12% dos candidatos à correção das provas ao demonstrarem despreparo para isso.

Consequências da má educação fazem parte do dia-a-dia comum, no mau comportamento de protagonistas de toda espécie de males, ferindo leis e gerando prejuízos financeiros. Para onde quer que se olhe, haverá um malfeito característico da má formação em decorrência da ignorância como irmã gêmea da falta de educação. São os mesmos que fecham cruzamentos, furam filas, estacionam em locais proibidos, desrespeitam instituições, ignoram elementares princípios éticos, denegrirem profissões e praticam a corrupção.

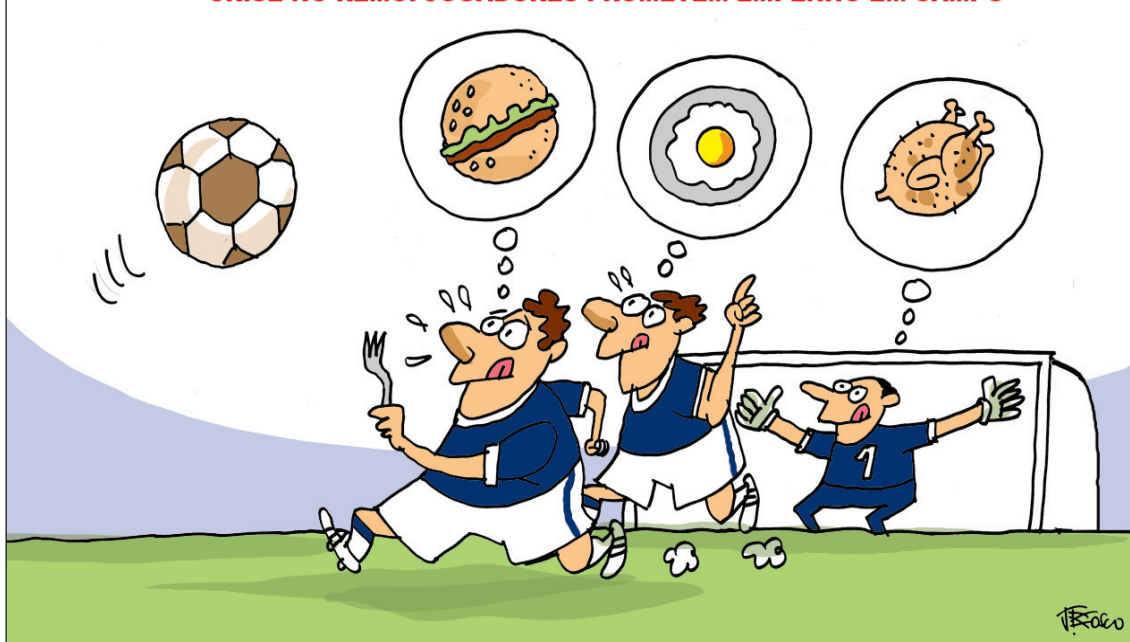
Enquanto a Pátria educadora é só promessa, governantes e legisladores subvertem a ordem dos fatos, ao não matarem o mal pela raiz, como na polêmica redução da maioria penal a pretexto de combater a criminalidade. Estatísticas oficiais mostram o envolvimento de menores em menos de 1% dos crimes, num país em que a falta de civilidade, um dos componentes do sistema educativo, mata mais em tempos de paz do que as guerras e o terrorismo. Ainda duplicará a população do já superlotado sistema carcerário. Aonde vamos parar?

■ **Linomar Bahia é jornalista,
escritor e consultor em Comunicação.**

E-mail: linomarbahia@oi.com.br

jotabest1961@gmail.com

J.BOSCO

CRISE NO REMO: JOGADORES PROMETEM EMPENHO EM CAMPO**josécarneiro****Um roubo cinematográfico**

Sou compelido a entrar na área de cinema deste jornal, onde pontifica a amiga Luzia Álvares, pela notícia surgida no meio da semana e certamente mais apropriada à página policial. Houve um grande roubo - que eu chamaria de espetacular, como um bom roteiro de cinema - de projetores cinematográficos, no Rio de Janeiro. Antes de entrar nos detalhes, acho pertinente revelar que minha vida sempre esteve ligada, umbilicalmente, à arte da exibição cinematográfica. Nasci dentro de uma casa exibidora, vale dizer de um cinema, onde minha família residia provisória e precariamente, em aposentos contíguos a sala de projeção, no Cine Argus, em Castanhal, ano de 1947. Fiquei orgulhoso quando meus pais revelaram essa situação, a me ajudar a ser, até hoje, um cinemaníaco de carteirinha. E nasci à noite, em plena projeção de um filme, vejam só a minha sina.

Ainda na linha da memória, meu pai foi um dos pioneiros da exibição cinematográfica a partir da região bragantina e, ao longo de mais de meio século, conseguiu montar um circuito cinematográfico que se estendia pelos Estados do Pará, Amapá e Maranhão. Tal como aconteceu em todo o Brasil, os cinemas foram paulatinamente fechando e lá pelo final da década

de 1990, tudo se extinguiu. Como é fácil de saber, só sobreviveram salas exibidoras nos Shoppings Centers, salvo raríssimas exceções em alguma capital, casos de Rio e São Paulo. Aproveitando a experiência e os arquivos familiares, estou concluindo um livro sobre o assunto, que terá o título de "Memórias da Exibição Cinematográfica no Pará" e espero lançá-lo este ano.

Foi por esse envolvimento com a estrutura exibidora cinematográfica a minha perplexidade ante o roubo dos projetores, de origem belga, em números precisos de 21 unidades, avaliados em 24 milhões de reais, ou seja, cerca de 200 mil reais cada projetor, uma fortuna. Para quem não conhece do assunto, o projetor é a peça principal da exibição cinematográfica, projetando na tela branca a película, que, no início do cinema, era feita de acetato (inflamável), em seguida sendo produzida em celulóse, até ser substituída pela atual mídia digital. Os projetores usavam carvões de pedra para a iluminação e, ao se modernizarem, passaram a utilizar possantes lâmpadas elétricas, mais práticas e economicamente mais viáveis.

Meu pai tinha um cuidado especial com os projetores e era necessário um grande malabarismo para conservá-los em boas condições, já que, embora de grandes

dimensões, tinham peças muitos sensíveis, que ao menor choque físico prejudicavam a exibição. Era uma das partes mais caras daquela estrutura exibidora que eu conheci em criança. Daí minha perplexidade ao saber do roubo de 21 projetores, todos novos. Em verdade, o projetor era um equipamento que nunca foi roubado de nenhum dos cinemas do papai. Ainda hoje, em Castanhal, há dois deles, de origem alemã, em permanente exposição, protegidos do tempo em espaço da Secretaria de Cultura do município, doados pela família. Por isso meu espanto em tomar conhecimento do insólito roubo de carga tão preciosa. Qual o seu destino final? Provavelmente os ladrões não sabiam sequer o que roubavam, embora tenham realizado uma ação bem organizada, dada a dimensão dos equipamentos. Eles certamente desconhecem a dificuldade de comercializar o que surrupiaram. Os donos da empresa importadora informaram terem clientes na região Sul. O cinema continua um mistério, tanto na ficção quanto na vida real. Pretendo esmiuçar esse assunto e trazer ao grande público. Aguardem!

■ **José Carneiro é cientista político.**

E-mail: jqcarneiro@uol.com.br

**Origem das
Colônias
de Pescadores****SÉRGIO CARDOSO DE MORAES**

Por que a maioria das categorias de trabalhadores se organizam em Sindicatos e somente os pescadores artesanais em colônias? As primeiras colônias de pescadores do Brasil foram fundadas a partir de 1919, implementadas pela Marinha de Guerra. Dois grandes fatores contribuíram para essa investida do Estado: primeiro, o país começou o século XX importando peixes, apesar de possuir um vasto litoral e uma diversidade de águas interiores; segundo e mais importante, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1917) aumentou o interesse do Estado na defesa do extenso litoral brasileiro.

O termo colônia significa agrupamento, aglomerado. Foi isto que a Marinha fez, agrupou os pescadores em função de seus interesses. No ano de 1919 teve início a Missão do "Cruzador José Bonifácio", grande embarcação da Marinha que tinha à frente o Comandante Frederico Villar, a quem foi designada a tarefa de organizar os pescadores do Brasil. A embarcação saiu do Rio de Janeiro com destino a Belém do Pará, por onde começaram a ser criadas as primeiras colônias.

O discurso instituído para fundar as colônias baseou-se na defesa nacional, pois ninguém melhor que os pescadores conhecem os "segredos" de rios e mares. Os conhecimentos, adquiridos e sistematizados durante décadas, eram de interesse da Marinha. Eles detêm um mapa mental sobre a geografia do lugar, conhecem rios, furos, canais, atalhos, lugares rasos e fundos que eram de interesse do Estado. O lema adotado pela Marinha para a fundação das colônias foi: "Pátria e Dever".

O primeiro estatuto das colônias de pescadores data de 1º de janeiro de 1923, proveniente da Marinha. As colônias eram definidas como "agrupamento de pescadores ou agregados associativos". Para poder pescar os pescadores eram obrigados a se matricular nas colônias.

Em 1920 foi criada a Confederação dos Pescadores do Brasil. Até então, as relações instituídas entre pescadores e Estado se caracterizavam pelo paternalismo e assistencialismo. No processo de "conquista" da confiança dos pescadores, o Estado prestou serviços gratuitos em embarcações, doou redes, ofereceu serviços de saúde, além de ter criado algumas escolas para os filhos dos pescadores, denominadas de Escoteiros do Mar, com finalidade de militarização e treinamento para os jovens.

Na década de 1930, com a instituição do Estado Novo na era Vargas, a organização dos pescadores passou por algumas mudanças. Através do Decreto nº 23.134/33, foi criada a Divisão de Caça e Pesca, cujo objetivo seria gerenciar a pesca no país. Os pescadores deixaram de estar subordinados ao Ministério da Marinha e passaram para controle do Ministério da Agricultura. Este elaborou o primeiro Código de Pesca, em janeiro de 1934, subordinando os pescadores à Divisão de Caça e Pesca.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), novas mudanças são introduzidas na organização dos pescadores artesanais. Através do Decreto-Lei nº 4.890 de outubro de 1942, foi transferida a subordinação dos pescadores do Ministério da Agricultura para o da Marinha.

Na década de 1960 o novo Código de Pesca foi instituído em pleno regime militar, através do Decreto nº 221 de 28 de fevereiro de 1967, estabelecendo normas para o exercício da atividade da pesca. A partir de então, a organização dos pescadores retornou para a tutela do Ministério da Agricultura, que instituiu um novo e único estatuto para todas as colônias de pescadores, através da Portaria nº 471 de 26 de dezembro de 1973.

No ano de 1985, a Confederação Nacional de Pescadores convocou as Federações Estaduais a realizar assembleias e eleger delegados para compor um grupo que foi denominado de "Movimento Constituinte da Pesca", cuja finalidade foi apresentar propostas aos parlamentares, reivindicando benefícios aos pescadores. Após a promulgação da nova Constituição, em 5 outubro de 1988, as colônias foram equiparadas em seus direitos sociais aos sindicatos de trabalhadores rurais, pois o artigo 8º trata exclusivamente destas questões. As colônias, então, passaram a ter autonomia, sem a intervenção do Estado.

■ **Sérgio Cardoso de Moraes
Sociólogo, Doutor em Educação
Diretor Geral do Núcleo de Meio
Ambiente da UFPA**

E-mail: smoraes@ufpa.br